

# FORMAÇÃO



# CONTINUADA:



# INTERFACES DA EDUCAÇÃO

# ESPECIAL E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY- ES

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| INTRODUÇÃO .....  | 4  |
| OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO ESTUDO.....  | 6  |
| PÚBLICO-ALVO .....  | 7  |
| OBJETIVO GERAL .....  | 8  |
| OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....   | 8  |
| MÓDULO 01: Fundamentos da Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar .....                  | 9  |
| MÓDULO 02: Fundamentos da Educação Quilombola na perspectiva da inclusão escolar.....                 | 11 |
| MÓDULO 03: Interfaces Educação Especial e Educação Quilombola na perspectiva da inclusão escolar..... | 14 |
| AVALIAÇÃO .....   | 16 |
| REFERÊNCIAS.....  | 17 |

## AUTORES



### **Daniel Freitas Viana**

Graduado em Pedagogia. Especialista em Educação Especial e Gestão Educacional. Pedagogo em duas redes municipais do Espírito Santo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito.

### **Alexandro Braga Vieira**

Graduado em Letras e Pedagogia. Mestre, doutor e pós-doutor pela Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenador Geral do Programa de pós-graduação de mestrado profissional em educação da Ufes. Professor do Programa de pós-graduação em educação da mesma universidade. Pesquisador da área de educação especial.



## INTRODUÇÃO

O presente produto educacional é desdobramento de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo que objetivou compreender os processos de inclusão escolar de estudantes quilombolas público-alvo da Educação em escolas remanescentes desse território no município de Presidente Kennedy/ES.

O referido produto, ao dialogar com os dados produzidos pela dissertação, encontrou pistas para sistematizar uma proposta de formação continuada, adotando, como eixo condutor, a relação teoria e prática articulada às questões que os participantes da pesquisa apontaram como desafios para a inclusão de estudantes quilombolas público-alvo da Educação Especial nas unidades de ensino envolvidas no estudo.

Presidente Kennedy/ES é uma das 78 cidades capixabas e uma das que contam com comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Localiza-se no sul do Espírito Santo, sendo o município composto por 12 mil habitantes e 24 escolas públicas (entre urbanas e rurais). Nelas, estudam 2.207 estudantes e cerca de 320 professores, segundo dados extraídos do Censo INEP/2022. Dentre eles, temos aqueles que são simultaneamente público-alvo da Educação Especial e da Educação Quilombola.

Falamos de grupos sociais atravessados por muitas potencialidades, mas também por processos de exclusão social e escolar. Convivem com as marcas do preconceito, do racismo e do capacitismo. Quando pensamos nos estudantes quilombolas, deparamo-nos com sujeitos que trazem (em suas identidades), as lutas e as resistências que os mantiveram firmes em relação aos

sofrimentos físicos, sociais e culturais trazidos pela ideologia escravocrata.

São produtores de um território carregado de singularidades que expressa tradições, história e cultura desse povo. Quando pensamos a população negra, nesses 300 anos de escravidão no Brasil e nas várias manifestações combativas ao racismo, ainda percebemos um conjunto de pressupostos criados no intuito de fazer enraizar, no consciente coletivo da população brasileira, um pensamento hegemônico que marginaliza esse grupo social e naturaliza essa marginalização, fomentando o racismo no plano individual, institucional e estrutural, buscando segregar a população de matriz afro-brasileira, alocando-a à margem da sociedade.

Segundo Munanga (2002), falar de racismo é uma discussão complexa, pois o termo embora tenha recebido várias definições, nem sempre se reporta a uma mesma coisa e nem sempre apresenta um denominador comum. Para o autor, o termo é cotidianamente discutido a partir da raça. Nesse contexto, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais.

Nesse sentido, o racismo pode ser compreendido como uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos etc. que ele



considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2004, p.8).

Nunes (2006, p. 96) – ao problematizar no texto “Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita” – também se propõe compreender a manifestação do racismo dentro de nossa sociedade, sinalizando que:

Apesar do discurso que nega ou ameniza a presença do preconceito e da discriminação racial no país, não é difícil ver manifestações de racismo no dia a dia da vida social brasileira. Ora ele é escancarado, como nos massacres frequentes, ora é silencioso, como no olhar policial que põe constantemente os negros sob suspeita. Pesquisa recente concluiu que há diferença de tratamento, por parte da justiça, de brancos e negros. Estes são tratados com mais severidade, desde a instância policial até o tribunal, como se a criminalidade e a possibilidade de “perturbar a ordem social” lhes fosse inerente (NUNES, 2006, p. 96).

Analisando mais detidamente os estudantes público-alvo da Educação Especial, temos indivíduos que não podem ser simplificados em questões biológicas e que também lutam contra a exclusão social e social. Quando recuperamos a trajetória desse segmento, também nos deparamos com lutas contra linhas de pensamento que postulam pela discriminação e pela negação de direitos. Falamos de pessoas que viveram/convivem com variadas manifestações de discriminação. Foram eliminadas, serviram como diversões em festas para nobres, internadas em sanatórios, escondidas da/na sociedade, integradas socialmente desde que apresentassem condições para tal feito e, na atualidade, com lutas firmadas em direção a uma política de inclusão social.

Como afirma Ferreira (2005), “os processos de exclusão desse segundo grupo social estão enraizados em práticas e concepções de Educação Especial dentro de uma tendência médica” que busca pelo tratamento de uma série de incapacitações, suprimindo o sujeito a aspectos orgânicos, pouco ou nada considerando a perspectiva social. Como afirma a autora, muitos professores “[...] naturalizam a exclusão que assim passa a nada ter a ver com a organização da sociedade tal como se dá nas relações de produção capitalista, agora com uma orientação política neoliberal” (FERREIRA, 2005, p. 147).

Quando pensamos nos processos de exclusão que atravessam a trajetória de pessoas que são quilombolas e que possuem uma dada deficiência, ficamos a pensar em seus modos de vida, como convivem na sociedade desigual que estamos inseridos, como produzem processos de lutas e resistências contra a discriminação e o preconceito e reinventam a vida.

Ao refletir sobre os modos como a sociedade brasileira ainda encontra dificuldades em conjugar os direitos sociais na relação entre igualdade-diferença, somos levados a compreender como estudantes quilombolas com deficiências estão incluídos nos cotidianos escolares e como as escolas tem se reinventado para assumir os currículos como produções culturais que desnaturalizam o racismo, o preconceito, a discriminação e o capacitismo, mas também se comprometem com a apropriação de conhecimentos que Boaventura de Sousa Santos (2008) denomina de conhecimentos prudentes que levam a uma vida decente.

De um lado, é preciso fazer a defesa da igualdade como princípio de cidadania, da modernidade e do republicanismo. A igualdade é o princípio tanto da não-discriminação quanto ela é o foco pelo qual homens lutaram para eliminar os privilégios de sangue, de etnia, de religião ou de crença. Ela ainda é o norte pelo

qual as pessoas lutam para ir reduzindo as desigualdades e eliminando as diferenças discriminatórias. Mas isto não é fácil, já que a heterogeneidade é visível, é sensível e imediatamente perceptível, o que não ocorre com a igualdade. Logo, a relação entre a diferença e a heterogeneidade é mais direta e imediata do que a que se estabelece entre a igualdade e a diferença (CURY, 2002, p. 8).

Assim, essa produção se constitui uma proposição coletiva, tendo em vista emergir das necessidades que os professores apontaram para o adensamento de seus saberes-fazer e mais um instrumento comprometido a enfrentar o preconceito, o racismo e o capacitismo, portanto, vinculado às lutas em defesa de uma sociedade/escola inclusiva.

## OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO ESTUDO

Como fundamento teórico adotado para a constituição desse produto educacional, buscamos pelas contribuições de Boaventura de Sousa Santos (2006, 2007 e 2008), pois, para o autor, a modernidade ocidental valora e reconhece conhecimentos hegemônicos, desmerecendo uma pluralidade de outros saberes necessários à reemancipação social.

Ao aproximar as teorizações de Santos (2006, 2007) da temática central deste produto educacional, reconhecemos ser necessário visibilizar as necessidades de aprendizagens, as experiências e os conhecimentos produzidos por estudantes quilombolas público-alvo da Educação Especial, correlacionando essa produção aos currículos escolares e aos conhecimentos produzidos pela Educação Especial e Educação Quilombola, quando nos deparamos com estudantes negros com demandas para a Educação Especial, oriundos de áreas remanescentes de quilombos.

Diante disso, o autor nos inspira reconhecer a existência de conhecimentos, experiências e necessidades negados pela racionalidade moderna, quando nos apresenta os pressupostos da sociologia das ausências e das emergências. A primeira promove a constituição de linhas de pensamento e de ação para tentar mostrar que o que não existe foi produzido ativamente como não existente, como uma alternativa não-crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo. Enquanto isso, a sociologia das emergências busca ações capazes de agregar o que foi reconhecido pela sociologia das ausências no cenário social. Por meio da sociologia das emergências:

[...] tentaremos ver quais são os sinais, as pistas, latências, possibilidades que existem no presente e que são sinais de futuro, que são possibilidades emergentes e que são 'descredibilizadas' porque são embriões, porque não são coisas não muito visíveis. Nas ciências sociais, por exemplo, não gostamos das pistas, dos sinais (SANTOS, 2007, p. 37).

Segundo Santos (2007), por meio da sociologia das ausências e das emergências, podemos compor linhas de pensamento e de ação para enfrentamento à racionalidade moderna que prima pela valorização de conhecimentos hegemônicos, permitindo-nos conviver com uma ecologia de saberes que coloca vários conhecimentos para dialogarem, apontando alternativas para muitos problemas modernos para os quais não temos soluções modernas (SANTOS, 2008).

Além de Santos (2006, 2007 e 2008), como base teórica primária, o produto educacional busca fundamentação em autores do campo da Educação Especial, como Jannuzzi (2004), Jesus (2005) e Baptista (2011), dentre outros. Esses autores ajudam a sustentar a

defesa pelo direito à Educação para educandos público-alvo da Educação Especial com o apoio do atendimento educacional especializado, tensionando os diferentes modos como esses sujeitos foram tratados até chegarmos aos paradigmas da inclusão escolar.

Argumentam em favor da constituição de currículos mais acessíveis aos alunos e que reconheçam a pluralidade de conhecimentos existentes, comprometendo-se com o direito à apropriação do conhecimento. Para tanto, compreendem que as práticas pedagógicas necessitam levar em consideração os conhecimentos comuns e específicos a serem mediados com esses alunos, investindo no trabalho colaborativo entre professores de ensino comum e de Educação Especial e na formação inicial e continuada.

No campo da Educação das relações étnico-raciais, o referido produto educacional também busca sustentação nos estudos de Nilma Lino Gomes (2011) e Kabengele Munanga (2009), dentre outros, pelo fato de compreenderem a educação como um ato político e a necessidade de se constituir políticas que valorizem a população negra e o combate a todas as formas de discriminação.

O direito à Educação é para todos, não podendo ser negado por nenhum tipo de justificativa, seja ela racial, cultural, econômica, geográfica, linguística, dentre outras. Relações dialógicas entre Santos (2006, 2008) e autores da Educação Especial e da Educação das Relações Étnico-Raciais nos ajudam a pensar a educação especial nos quilombos.

## **PÚBLICO-ALVO**

Esta proposta foi elaborada a partir de entrevistas produzidas com professores do ensino fundamental que atuam em unidades de ensino localizadas em área remanescente de quilombos da rede pública de Presidente Kennedy – ES. Diante disso, traz a sistematização de uma proposta de formação continuada que articula teoria e prática e possibilita o adensamento dos saberes-fazeres dos profissionais envolvidos na pesquisa e a constituição de novos-outras possíveis para a sistematização do trabalho pedagógico visando à inclusão de estudantes quilombolas público-alvo da Educação Especial.

O objetivo da formação é se colocar como mais uma das lutas comprometidas com uma educação inclusiva e de qualidade para crianças público-alvo da Educação Especial que estudam em comunidades quilombolas de Presidente Kennedy/ES. A formação busca criar possibilidades para se planejar e mediar práticas pedagógicas vinculadas à valorização das potencialidades de cada criança, considerando suas necessidades específicas e respeitando sua identidade cultural.

## OBJETIVO GERAL

- Fortalecer os saberes-fazer de profissionais da educação que atuam em escolas localizadas em territórios remanescentes de quilombos de Presidente Kennedy/ES, por intermédio da articulação teoria, prática e demandas advindas das unidades de ensino, visando processos de inclusão escolar de estudantes quilombolas público-alvo da educação especial e o direito social à Educação.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Adensar os saberes-fazer dos profissionais da educação sobre os pressupostos da Educação Especial e da Educação Quilombola para que possam conhecer e respeitar as questões culturais, históricas, políticas, legais e ideológicas que atravessam as duas modalidades de ensino e os processos de ensino-aprendizagem dos estudantes por elas apoiados.
- Compreender as características, potencialidades e necessidades de aprendizagem de estudantes quilombolas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação de modo a ampliar as oportunidades de aprendizagem na escola comum com apoio do atendimento educacional especializado.
- Criar possibilidades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas, ação que requer planejar, mediar, promover acessibilidade, apoiar e acompanhar a apropriação dos conhecimentos pelos estudantes, utilizando-se de recursos e estratégias didáticas adequadas.
- Criar ambientes escolares acolhedores, acessíveis e livres de preconceitos para que as crianças se sintam valorizadas, incluídas e respeitadas em sua diversidade.

## METODOLOGIA

A proposta de formação continuada se estrutura em três módulos, totalizando nove encontros presenciais, realizados uma vez por mês. Cada encontro terá a duração de quatro horas, proporcionando o adensamento teórico, a análise crítica sobre o vivido e a troca de conhecimentos e de experiências.

Além dos encontros presenciais, a proposta de formação contará com atividades formativas complementares, realizadas de forma virtual, por meio do ambiente online Google Sala de Aula. Essas atividades não presenciais têm o objetivo de enriquecer o processo formativo e promover maior interação entre os participantes.

A carga horária total proposta de curso é de 80 horas. Desse total, 36 horas são destinadas às atividades presenciais, compondo, momentos de aprendizagem teórica coletiva sobre a Educação Especial e a Educação Quilombola e reflexão crítica sobre prática pedagógica. As demais 44 horas serão dedicadas às atividades não



presenciais, permitindo aprofundamento teórico, as leituras complementares, as discussões virtuais e o desenvolvimento de projetos pedagógicos.

Dessa forma, o curso busca o equilíbrio entre atividades presenciais e não presenciais, visando otimizar o tempo dos participantes e se colocar como mais uma alternativa comprometida em proporcionar formação que atenda às demandas dos professores que atuam com as crianças quilombolas público-alvo da Educação Especial em escolas localizadas nesses territórios em Presidente Kennedy, ES.

## **MÓDULO 01: Fundamentos da Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar**

### **OBJETIVOS:**

- Compreender os pressupostos teóricos e normativos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.
- Refletir sobre a importância dos processos de avaliação de identificação dos estudantes público-alvo da educação especial e os impactos dos laudos médicos nos processos de ensino-aprendizagem.
- Compreender os fundamentos da acessibilidade curricular e a importância do planejamento para o envolvimento dos estudantes quilombolas público-alvo da educação especial no trabalho pedagógico escolar.
- Analisar os pressupostos do atendimento educacional especializado como complementar/suplementar à escolarização dos estudantes nas escolas comuns.

### **LEITURAS:**

#### **Textos relativos ao 1º encontro:**

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

MENDES, Eniceia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, maio-agosto, 2010.

ARANTES, V. A.; PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. 6. ed. São Paulo: Summus, 2006. p. 31-73.

### **Textos relativos ao 2º encontro:**

VIEIRA, Alexandro Braga et al. Atendimento Educacional Especializado e processos de avaliação: o que dizem as narrativas dos professores. **Revista Cocar** (Eletrônico), v. 1, p. 8-24, 2015.

### **Textos relativos ao 3º encontro:**

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. **O que é ensino colaborativo?**. São Paulo: Edicon, 2019.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, n. 1, maio/ago. 2011.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Eniceia Gonçalves. Ensino colaborativo para apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, 2014.

## **MÓDULO 01**

### **Encontro 01 - Presencial**

- Dialogar sobre os pressupostos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

### **Encontro 01 – Atividade online**

- Leitura dos textos relativos ao primeiro encontro.
- Atividade online: elaboração de uma síntese contendo:
  - a) Os pressupostos teóricos e normativos da educação especial na perspectiva da inclusão escolar;
  - b) Constituição de uma linha do tempo para trazer o processo histórico da educação especial na rede de ensino e na escola em que os professores atuam.

|   |   |
|---|---|
| <p><b>Encontro 02 - Presencial</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Discutir os processos de identificação dos alunos e os impactos dos diagnósticos clínicos.</li> </ul>   | <p><b>Encontro 02 - Atividade online</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura do texto relativo ao segundo encontro.</li> <li>• Atividade online: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Análise crítica do texto indicado.</li> <li><b>b) Atividade de pesquisa:</b> investigar como se realizam os processos de identificação dos estudantes quilombolas público-alvo da educação especial para encaminhamento aos serviços de apoios e problematizar a partir do texto indicado.</li> </ul> </li> </ul> |
| <p><b>Encontro 03 - Presencial</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre o processo de inclusão dos estudantes quilombolas público-alvo da educação especial no trabalho pedagógico da classe comum.</li> <li>• Debater sobre a articulação do atendimento educacional especializado como ação complementar/suplementar à acessibilidade curricular.</li> <li>• Discutir sobre estratégias pedagógicas compartilhadas pelos educadores por intermédio do trabalho colaborativo.</li> <li>• Dialogar sobre o papel do professor do ensino comum e de educação especial na promoção da inclusão dos alunos quilombolas público-alvo da Educação Especial nas escolas comuns.</li> </ul> | <p><b>Encontro 03 - Atividade online</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de um plano de ação com ênfase no trabalho pedagógico realizado com os alunos quilombolas público-alvo da Educação Especial na escola em que o professor atua.</li> <li>• Elaboração de um resumo expandido relativo às leituras realizadas no encontro 03.</li> </ul>   |

## **MÓDULO 02: Fundamentos da Educação Quilombola na perspectiva da inclusão escolar**

### **OBJETIVOS:**

- Promover discussões sobre a Educação Quilombola, suas bases teóricas, históricas e normativas.
- Constituir possibilidades para a reflexão-crítica acerca da importância da valorização e da preservação da cultura e da identidade das comunidades remanescentes de quilombos.
- Refletir sobre estratégias pedagógicas para a promoção de uma educação inclusiva e antirracista nas comunidades quilombolas.
- Estimular a reflexão crítica sobre as desigualdades enfrentadas pelos quilombolas no acesso à educação e propor ações de enfrentamento.
- Promover a troca de experiências e a construção coletiva de práticas educacionais sensíveis às realidades quilombolas.

- Promover redes de compreensão sobre as interfaces Educação Especial e Educação Quilombola e suas implicações nos processos de inclusão dos estudantes no trabalho curricular.

### LEITURAS:

#### Textos relativos ao 4º encontro:

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 1993.

CURY, C. R. J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). 2016. Direitos quilombolas & dever do Estado em 25 anos de Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: **Associação Brasileira de Antropologia**.

#### Textos relativos ao 5º encontro:

GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

MUNANGA, K. (Org). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

#### Textos relativos ao 6º encontro:

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Texto referência para elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola**: texto para ser discutido nas audiências públicas quilombolas. Brasília, 2011.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

## Módulo 02

| Encontro 04 – Presencial   | Encontro 04 - Atividade online   |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar o tema: bases teóricas, históricas e normativas da Educação Quilombola.</li> <li>• Discutir sobre a Lei 10.639/2003 e ações político-</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura de textos sobre Educação Quilombola indicados para o período.</li> <li>• Elaboração de um plano de ação voltado à inclusão dos pressupostos trazidos pela Lei 10.639/2003 no trabalho pedagógico da escola</li> </ul> |



|  |  |
|--|--|
| <p>pedagógicas para sua implementação nos sistemas de ensino/escolas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar desafios e potencialidades na implementação da educação quilombola nas escolas comuns.</li> </ul>  | <p>visando à valorização da cultura quilombola.<br/>Troca de ideias e feedback entre os participantes, mediado por plataforma online.</p>  |
| <p><b>Encontro 05 – Presencial</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Discutir sobre o que é o racismo e as suas variadas maneiras de expressão.</li> <li>• Debater sobre as políticas públicas para implementação de uma educação quilombola e para enfrentamento ao racismo.</li> <li>• Refletir sobre a importância da participação da comunidade e o fortalecimento do protagonismo quilombola na construção de uma educação contextualizada capaz de enfrentar as variadas manifestações do racismo.</li> </ul> | <p><b>Encontro 05 - Atividade online</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar um material audiovisual indicado para o período para refletir sobre o racismo e os desafios enfrentados pela população afro-brasileira dentro de uma sociedade excludente.</li> <li>• Elaboração de uma sequência didática com o objetivo de promover discussões com os estudantes sobre o racismo e suas possibilidades de manifestação e de enfrentamento. A sequência didática deve trazer: a) tema; b) objetivos; c) introdução; d) metodologia; e) recursos; f) atividades; g) avaliação.<br/><b>OBSERVAÇÃO:</b> Deve destacar as estratégias a serem adotadas para a inclusão de estudantes quilombolas público-alvo da educação especial nas aulas.</li> </ul> |
| <p><b>Encontro 06 – Presencial</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentação e discussão dos projetos pedagógicos desenvolvidos pelos participantes, voltados para a valorização da cultura e identidade quilombola.</li> <li>• Troca de experiências e feedback entre os participantes.</li> <li>• Planejamento de ações futuras e estratégias para a continuidade do trabalho de promoção da Educação Quilombola.</li> </ul>   | <p><b>Encontro 06 - Atividade online</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Compartilhamento dos projetos pedagógicos desenvolvidos pelos participantes em uma plataforma online, possibilitando a troca de ideias e inspirações entre os participantes.</li> <li>• Feedback e sugestões de aprimoramento dos projetos por parte dos colegas e do facilitador do curso</li> </ul>  |

## MÓDULO 03: Interfaces Educação Especial e Educação Quilombola na perspectiva da inclusão escolar

### OBJETIVOS:

- Explorar as interseções entre a Educação Especial e a Educação Quilombola, compreendendo suas similaridades e diferenças.
- Analisar os desafios enfrentados no contexto da Educação Especial em comunidades quilombolas e buscar possibilidades de trabalho pedagógico contextualizadas.
- Promover a reflexão sobre os processos de inclusão de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas comunidades quilombolas.
- Fortalecer os saberes-fazeres dos participantes para desenvolverem práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas que atendam às necessidades de estudantes nas comunidades quilombolas.
- Fomentar o diálogo entre profissionais da Educação Especial e da Educação Quilombola, incentivando a troca de experiências e a construção coletiva de conhecimento.

### LEITURAS

#### Textos relativos ao 7º encontro:

SAMPAIO, Michele de Oliveira. **Olhares sobre currículo e práticas pedagógicas na escola da Comunidade Quilombola Pedra Branca: o ensinar e o aprender História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2019.

OLIVEIRA, O. M. de Comunidades quilombolas no Estado do Espírito Santo: Conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. **RURIS**, v. 5, n. 2, p. 141-171, set. 2011. DOI: <https://doi.org/10.53000/rr.v5i2.1469>.

#### Texto relativo ao 8º encontro:

ALMEIDA, R. **Projeto Político e Projeto Pedagógico de escolas quilombolas amapaenses: contextualizando as altas habilidades/superdotação**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

#### Texto relativo ao 9º encontro:

MANTOVANI. J. V. A **Educação da pessoa com deficiência e comunidades remanescentes de quilombos do estado de São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

### Módulo 03

|  |  |
|--|--|
| <p><b>Encontro 07 - Presencial</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Retomar bases conceituais sobre a Educação Especial e a Educação Quilombola.</li> <li>• Compor oportunidades para discutir sobre as interfaces entre a Educação Especial e a Educação Quilombola.</li> <li>• Analisar estudos que abordam a inclusão de estudantes público-alvo da educação especial em escolas localizadas em territórios quilombolas.</li> </ul> | <p><b>Encontro 07 - Atividade online</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura de textos indicados sobre a interface da Educação Especial com a Educação Quilombola.</li> <li>• Análise crítica dos textos indicados a serem apresentados me forma de resenha.</li> <li>• Levantamento das principais demandas da escola em que o professor atua para o fortalecimento da interface Educação Especial e Educação Quilombola.</li> </ul>       |
| <p><b>Encontro 08 – Presencial</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Refletir sobre a importância da elaboração do projeto político pedagógico como ação comprometida com o fortalecimento do direito social à educação para estudantes quilombolas público-alvo da educação especial.</li> </ul>   | <p><b>Encontro 08 - Atividade online</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistematizar ações necessárias à elaboração do projeto político pedagógico da unidade de ensino de atuação do cursista visando a interface Educação Especial e Educação Quilombola.</li> </ul>   |
| <p><b>Encontro 09 - Presencial</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar experiências práticas de inclusão de estudantes com deficiência em comunidades quilombolas, com a presença de convidados especialistas na área.</li> <li>• Sistematizar estratégias pedagógicas que promovam a inclusão de estudantes público-alvo da educação especial nas comunidades quilombolas.</li> </ul>   | <p><b>Encontro 09 - Atividade online</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar e discutir material audiovisual indicado com temática sobre a inclusão de estudantes público-alvo da educação especial em contextos quilombolas.</li> <li>• Planejar um plano de ação para fortalecer a acessibilidade curricular de estudantes público-alvo da educação especial nas unidades de ensino quilombolas de atuação dos participantes.</li> </ul> |

## **AVALIAÇÃO**

A avaliação ocorrerá de maneira contínua, por meio do acompanhamento da participação dos participantes nas atividades propostas, tanto presenciais quanto complementares. As atividades complementares serão realizadas em um ambiente virtual (Google Classroom), de acordo com a proposição trazida em cada módulo.

A certificação será concedida aos participantes que obtiverem desempenho igual ou superior a 70% ao longo do curso.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. **Projeto Político e Projeto Pedagógico de escolas quilombolas amapaenses**: contextualizando as altas habilidades/superdotação. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- ARANTES, V. A.; PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. *In*: ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. 6. ed. São Paulo: Summus, 2006. p. 31-73.
- BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, n. 1, maio/ago. 2011.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 1993.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 1993.
- CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. **O que é ensino colaborativo?**. São Paulo: Edicon, 2019.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Texto referência para elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola**: texto para ser discutido nas audiências públicas quilombolas. Brasília, 2011.
- CURY, C. R. J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002.
- FERREIRA, M. C. C. Os movimentos possíveis e necessários para que uma escola faça a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. *In*: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. (Org.). **Pesquisa e educação especial**: mapeando produções. Vitória: EDUFES, 2005. p. 139-154.
- GOMES, N. L. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

MANTOVANI, J. V. **A Educação da pessoa com deficiência e comunidades remanescentes de quilombos do estado de São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

MENDES, Eniceia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, vol. 22, núm. 57, maio-agosto, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 2008.

MUNANGA, K. (Org). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, K. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, n. 68, p. 46-57, dez./fev. 2005-2006. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i68p46-57>.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional *versus* identidade negra. In: OLIVEIRA, A. C. C. (Org.). **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2004. p. 7-20.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

NUNES, S. S. **Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita**. *Psicol. USP*, v. 17, n. 1, p.89-98, mar. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000100007>.

OLIVEIRA, O. M. de Comunidades quilombolas no Estado do Espírito Santo: Conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. **RURIS**, v. 5, n. 2, p. 141-171, set. 2011. DOI: <https://doi.org/10.53000/rr.v5i2.1469>.

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). 2016. Direitos quilombolas & dever do Estado em 25 anos de Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: **Associação Brasileira de Antropologia**.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, B. S. A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. **Revista crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 80, p. 11-43, mar. 2008.

SAMPAIO, Michele de Oliveira. **Olhares sobre currículo e práticas pedagógicas na escola da Comunidade Quilombola Pedra Branca: o ensinar e o aprender História**

e Cultura Afrobrasileira e Africana. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores, Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2019.

VIEIRA, Alexandro Braga et al. Atendimento Educacional Especializado e processos de avaliação: o que dizem as narrativas dos professores. **Revista Cocar** (Eletrônico), v. 1, p. 8-24, 2015.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Eniceia Gonçalves. Ensino colaborativo para apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, 2014.